

# PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO E PROBLEZA URBANA - UMA ABORDAGEM

ALDO PAVIANI<sup>1</sup>

BOLETIM DE GEOGRAFIA TEORÉTICA, 16-17(31-34) 217-225, 1986-1987  
(I ENCONTRO DE GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA)

## 1. INTRODUÇÃO

A pobreza urbana está embutida no processo de periferização de tal forma que uma coexiste com a outra de modo inextricável, não tendo sido poucos os que trataram de ambas. Para uma visão ampla (inclusive com bibliografia internacional) a respeito da pobreza urbana ver o trabalho homônimo de Milton Santos<sup>1</sup> e, para os aspectos aplicados ao Brasil, ver Paviani e Ferreira<sup>2</sup>.

Em outro trabalho<sup>3</sup> levantamos algumas idéias a respeito da ação dos agentes Estado e Empresas privadas no processo de urbanização em diversas cidades latino-americanas. Naquele artigo, procedemos a uma revisão da teoria e da literatura que trata da metropolização em aglomerados como Bogotá, Lima, Caracas, Cidade do México, Rio de Janeiro, Brasília e outras.

No presente artigo, nos reportamos às atuações do agente individual (usuário da habitação, proprietário ou inquilino) que resultam em processo de periferização e alargamento da pobreza em cidades latino-americanas e, em especial, no Brasil.

## 2. PERIFERIZAÇÃO E INACESSOS NAS CIDADES

Se, como nos referimos naquele trabalho, empresas privadas e governos se associam, mantendo e perpetuando o processo de periferização, não menos importante é a ação do agente morador (usuário, inquilino, invasor, proprietário etc.). que no contexto latino-americano, quase sempre assume a qualidade de ser uma *agente-paciente* neste mesmo processo (Paviani, 1981,17). *Agente*, por tomar atitudes frente ao espaço urbano, consumindo, trabalhando, construindo e, sobretudo, "escolhendo" onde morar. *Paciente*, por se submeter a uma variada gama de ações do Estado e de empresas que "manipulam" a terra urbana, as construções, a infra-estrutura, as leis e posturas urbanas, as habitações e, não menos importantes, os aluguéis. Destas ações resultam, em última instância, aquilo que se convencionou denominar "mercado imobiliário" e, deste, o "espaço da arbitrariedade" a que se submetem as "preferências dos urbanistas" (pobres e ricos).

Na medida em que a terra urbana é ocupada por atividades comerciais e industriais vai ficando escassa e cara, expulsando para loteamentos periféricos, cada vez mais distantes, as populações incapazes de suportar aluguéis, que se elevam a toda instante, ou o terreno, que, pelo seu preço, torna-se inacessível ao ocupante pobre. Observa-se que é cada vez mais freqüente o "surgimento de favelas em diferentes pontos das cidades, com a

---

<sup>1</sup> Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

segregação das populações pobres para os anéis mais externos ou para terrenos insalubres, como fortes declividades, etc.". (Paviani, 1979, 1).

Gueisse e Hardoy afirmam que "em um sistema com alto grau de acessibilidade e mobilidade a população pode tirar vantagem dos benefícios da industrialização ou crescimento do setor de serviços sem ter que morar nos locais em que estas atividades estão localizadas" (Gueisse e Hardoy, 1972, 56). Ressalva, todavia, que isto é possível em uma dada cidade e que tal vez não o seja em padrões da divisão espacial do trabalho a nível internacional ou intrarregional. De fato, o que se observa, generaloizadamente, na América Latina, é uma redução da mobilidade e da acessibilidade por um geral empobrecimento da população, muito embora, em alguns países, o setor industrial e de serviços tenha se expandido e modernizado em mais de uma metrópole ou na mais importante delas.

Ao mesmo tempo que se afastam dos locais de emprego ou dos serviços, os pobres têm que enfrentar o que Gilbert denominou "efeitos indiretos da expansão da cidade, tais como crescimento dos níveis de barulho, poluição e congestão, preços da terra e o alongamento dos deslocamentos para o trabalho, que são suportados de modo desproporcional pelos grupos mais pobres no sentido de que eles não têm acesso a benefícios compensatórios" (Gilbert, 1978, 105).

Há uma pletora de trabalhos sobre a caracterização dos pobres na América Latina, que aqui é escusado discutir ou referir em pormenor. Do que ficou dito acima, nos alinhamos com os autores que correlacionam pobreza e falta de acesso aos bens de uso e de consumo, ao trabalho, à educação e, logicamente, à habitação condigna. Portanto, haveremos de discutir não só a falta de acesso físico, concreto ou possível de quantificar, mas também ao inaccessível relativo, que se consubstancia em formas de opressão e iniquidade que desaba sobre largos segmentos da população urbana latino-americana e do Terceiro Mundo em geral.

Eckstein identifica a pobreza urbana no México referindo que "o pobre urbano retratado aqui divide experiências comuns não somente com o pobre urbano de outros países capitalistas avançados. Ainda que o segmento (de pobres) é numericamente maior no primeiro conjunto de países, independente do grau de industrialização, todos os pobres urbanos das economias capitalistas estão em devastagem pelo seu "back-ground" de classe: pessoas de origens em (classes) de baixo status têm acesso restrito ao trabalho e a oportunidade para exercer influência política por intermédio de canais políticos legítimos" (Eckstein, 1977, 214-215).

O inaccessível aos instrumentos para a ascensão social por parte das populações pobres remonta à América colonial. "Na maior parte, as cidades do período colonial seguiam um padrão simples, regular, altamente cefálico... A cidade concentrava-se sobre uma praça central e acesso aos centros de atividades econômicas, políticas, religiosas e recreativas, situadas ao redor do praça e foi o mais apreciado aspecto da localização urbana. Uma correlação grosseira, mais positiva, prevaleceu entre a posição social e econômica de um indivíduo e

a distância física de sua residência da praça central: quanto maior a distância, mais baixo o status social. Elitismo e centralização, então, têm na cidade colonial sua contrapartida ecológica. Como uma pequena aristocracia controlava o acesso para legitimizar riqueza, poder e prestígio social, ela também monopolizava as mais desejadas localizações urbanas - aquelas situadas no "core" da vida urbana" (Portes e Walton, 1976, 20).

O inaccessível por parte de largos contingentes populacionais é algo por demais evidente no Terceiro Mundo e, em especial, na América Latina. Como vimos, este inaccessível remonta ao período colonial, quando o equipamento e a elite concentrava-se no ponto mais valorizado do centro urbano em, um modelo de localização que se cristalizou ao longo dos séculos. Citando Hardoy, Basaldua e Moreno, Portes e Browning ressaltam que "a distribuição da terra urbana (na América Latina) reflete padrões de desigualdade e privilégios entre as classes sociais na cidade e também contribui para sua perpetuação por permitir aos grupos melhor situados a apropriação de "surplus" "livre" produzido pela urbanização". E prossegue, "no outro extremo, a invasão de terras por grupos "marginais" organizados reflete a transformação da necessidade individual em poder coletivo e, por sua vez, ajuda a assegurar a posição de invasores bem sucedidos e facilita seu acesso a estratos urbanos mais altos" (Portes e Browning, 1975, 12).

### **3. INACESSO E REMOÇÃO DE FAVELAS**

A cristalização secular de uma distribuição iníqua da terra urbana levou a uma "solução" para as questões de acesso via invasões e favelas (as quais por estarem, sob o ponto de vista geográfico, junto ao centro das metrópoles ou em pontos intermediários, não quer dizer que não sejam periféricas sob a visão social, política ou econômica). Desta forma, a periferização (e a iniquidade social dela decorrente) se multiplica em escala geométrica quando as populações (e sua favela) são "erradicadas" das localizações próximas aos empregos, serviços, escolas, etc., como foi testemunhado em Brasília, onde a "erradicação de invasões" riscou do mapa do Distrito Federal as favelas do IAPI, as Vilas Tenório, Esperança e Bernardo Saião e o Morro do Querosene, criando-se, com suas populações, a Ceilândia (Paviani, 1976, 66) ou no Rio de Janeiro onde, segundo Portes (1979, 5) a política habitacional e a remoção de favelas sugere muito a "respeito da evolução, dilemas e contradições do tipo de regime" (Oligárquico) existente no Brasil. Aliás, é Portes que chama a atenção para a já abundante na metrópole carioca, referindo-se às obras de Leeds, 1972, Paire, 1969, Salmen, 1969, Perlman, 1976, Gardner, 1973, Valladeres, 1976, Bolaffi, 1975, Potengy Gabrois, 1973... (Portes, 1979, 5-6). Não seria, portanto, por falta de conhecimento ou de denúncias sobre a forma pela qual os favelados são "removidos" que não se tomariam medidas acauteladoras a favor destas mesmas populações... Nos dois casos citados, Rio de Janeiro e Brasília, erigindo-se a "Cidade de Deus" ou a "Ceilândia", o mecanismo de "empurrão" foi e mesmo: um organismo estatal, o BNH (através do Sistema Financeiro da Habitação) alocou recursos financeiros para a construção de "conjuntos habitacionais" para abrigar a população erradicada das favelas e, com isso, o que se fez foi distanciar as pessoas de seus empregos, das escolas, das vizinhanças, dos serviços, etc. E o típico esforço para periferizar.

No mais das vezes, a remoção das favelas visa realizar "uma limpeza da área" urbana valorizada pela centralidade. Nela, como foi o caso do Rio de Janeiro, construíram-se edifícios de condomínios de apartamentos para a classe média ou equipamento hoteleiro e de serviços ligados a empresas de grande porte. E a elite urbana, utilizando o equipamento estatal, bancos e empresas, agindo a seu favor e aumentando as desigualdades sociais, organizando conjuntos habitacionais que acabam destruindo a organização social pré-existente na favela.

Mas este não é caso típico da metrópole carioca. Flinn, estudando o caso de projetos de renovação urbano no centro de Bogotá, argumenta que "infelizmente, estes projetos beneficiam, em primeiro lugar, a elite e a classe média pela produção de habitações luxuosas, limpando o centro urbano arruinando e incrementando os valores da terra no CBD". Como exemplo, Flinn refere-se ao "Centro Cívico Nacional". "este plano deverá deslocar muitos grupos de baixa renda da zona negra ou zona de transição... Por outro lado, a construção e alocação de projetos de habitação de baixo custo, como a "Ciudad Kennedy" não tem resolvido o problema dos "invasores". O projeto levou tão somente a uma maior segregação da população por classe social. Amato (1928, 257) indicou que o governo colombiano, agindo através de suas várias agências tem desenvolvido alguns enormes projetos para (população de) baixa renda que se encontram completamente isolados das outras classes sociais dentro da cidade. Muitos residentes queixam-se de que estão muito distanciados de seu lugar de trabalho e que os custos de transporte são elevados (Flinn, 1971, 91).

Muito embora Bogotá seja um caso típico em que "o processo de urbanização de baixa renda é manipulado pelo mercado mais do que por invasão" (Doebele, 1975, 2), o mecanismo de empurrão atua da mesma forma para a periferização. As formas de segregação, em Bogotá, são antigas e, ainda segundo Doebele, remontam à década de 50: " Em 1958, 613.000 pessoas viviam em loteamentos piratas; em área, esses loteamentos representavam um incremento de 10.3% de 1959 a 1963; 16.4% de 1964 a 1967 e 22.4% entre 1968 e 1972. O incremento populacional nesses períodos foi de 9,2, 11,8 e 16.2% respectivamente. Em 1972, 1.682.202 pessoas estavam em bairros piratas representam cerca de 31% da área e 54% da população da cidade", arremata Doebele (1975, 19).

#### **4. ACESSO DADO E/OU CONQUISTADO**

Os exemplos referidos acima, talvez configurem os dois lados de uma mesma moeda: as formas de uso e de consumo da cidade, que Henry (1977, 69 - 76) prefere estudar sob uma visão política, sob o rótulo de "acesso conquistado" (aquele obtido a duras penas em Bogotá, nos "bairros piratas"). Ambas as formas, ainda segundo Henry, traduzem as contradições da urbanização latino-americana: ambas formas (acesso "dado" e "conquistado") geram dois espaços intrametropolitanos - duas cidades numa só, profundamente. O espaço mostra-se desigual e contraditório, na medida em que a área urbana é ampliada, os gastos se agigantam e todos arcam com os custos, "pagando a

conta". Esse espaço urbano, desigual, contraditório, dividido (em termos de espaço social e econômico) é o mesmo de que nos fala Santos (1979, 30-54) ao tratar dos dois circuitos da economia urbana: O "circuito superior", constituído pelas empresas de grande porte, grandes bancos, empresas transportadoras, o grande comércio, etc. E o "circuito inferior", composto pelas atividades, exercidas pelos pobres na cidade, o pequeno varejo, a oficina de pequenos reparos, o artesanato destituído de capital financeiro e atividades mão-de-obra intensivas, geralmente instaladas em periferias urbanas.

Assim, o circuito superior seria aquinhado pelas melhores terras no centro da cidade e teria todos os benefícios do estado quando "subsidiada a concentração... ou desenvolve tendências monopólicas com efeitos regressivos na distribuição do ingresso", conforme analisa Geisse (1974,10).

Se, de um lado o Estado atua para perifernizar os pobres, de outro, concentra nas metrópoles ou no "core" das mesmas aquelas atividades maximizadoras do capital financeiro e tecnológico. Nas palavras de Geisse: "As tendências concretadoras da indústria manufatureira se estendeu para o resto dos setores da economia através das múltiplas conexões do mercado de insumos intersetoriais, do mercado de capitais e financeiro e dos serviços associados a produção. O alto nível relativo de tecnologia e organização da empresa no setor terciário (distribuição, comércio, finanças e governo)" e primários (produção de matérias de origem agropecuária e mineral) (Geisse, 1974, 10).

Ainda no argumento de Geisse, os efeitos regressivos alijam as populações de baixo salário às condições de habitação, e higiene, ao uso de veículo para acesso às compras no supermercado, e, portanto, à alimentação e ao emprego, o que em conjunto desemboca no que chamou de "círculo da pobreza" (Geisse, 1974, 14-16).

## **5. "O CÍRCULO DA POBREZA"**

O "Círculo da pobreza", é um dos traços dominantes das metrópoles latino-americanas. E, sob o ponto de vista espacial, a pobreza se manifestou como um "problema" a partir da visão do conjunto das Favelas nestas mesmas metrópoles. Segundo Oliven, "a primeira reação frente a este "problema" foi encará-lo como circunscrito à insuficiência de habitação, o aspecto mais visível do problema (o grifo é nosso). Desta forma, não se percebia que a favela era um problema senão uma solução a uma necessidade de abrigo e que a sub-habitação mais complexa caracterizada pelo subemprego é desemprego" (Oliven, 1981, 1627). Mais adiante, Oliven critica o fato de que é "mais cômodo falar-se das favelas do que sobre a pobreza"... sendo também mais comum "averiguar-se as características dos pobres em vez de analisar a estrutura social que estão inseridos e comparar os diferentes grupos e classes sociais para assim obter um quadro mais global do problema. Este enfoque também aceita com frequência todo o modelo da modernização no qual encaixam os pobres sem questionar qual é função desta ideologia" (Oliven, 1981, 1642).

A crítica é procedente, sobretudo ao avaliarmos a produção científica sobre os problemas metropolitanos com enfoque geográfico. Submetidos a uma longa tradição de observar a paisagem, muitos geógrafos se habituaram a descrever os aspectos perceptíveis dos problemas urbanos. numa etapa posterior, munidos de estatísticas e todo um aparato para a quantificação, alguns geógrafos passaram a "mapear" as cidades e a tipificá-las com a sofisticação. Foi, talvez, na crítica à quantificação e na insatisfação com a qualidade dos resultados por ela gerados é que alguns especialistas procuraram outros enfoques para os problemas sociais das cidades, em especial o marxista. A dialética, por exemplo, tem mostrado as contradições existentes nas metrópoles latino-americanas que podem não estar materializadas na malha urbana sob a forma de favelas. Uma amostra pode ser dada na constatação de Segal: "... a existência de estratos importantes de subempregados e de desempregados supera quantitativamente o tamanho do exército industrial de reserva, quer dizer, o número de trabalhadores necessário para manter um nível de salários reduzido" (Segal, 1941, 1548-49). Claro está que análise das contradições acaba por levar a inserção do componente espaço: "Segundo nossos critérios teóricos, consideramos que o traço específico da marginalidade espacial é a ocupação ilegal de terrenos em um campo delimitado pelos direitos de cidadania teoricamente reconhecidos pelo Estado a qualquer cidadão urbano" (Segal, 1981, 1954).

Assim, novas formas de interpretar o fenômeno da pobreza urbana vão incorporando posturas teóricas novas ou renovadas. Vemos, por exemplo, que os temas sobre "periferias" ou "marginalidade" urbanas são refeitos e aperfeiçoados, fungindo ao esquema de considerá-lo meramente sob o ângulo espacial, isto é, de sua territorialidade no tecido urbano. Desta forma, "o que denominamos "periferia" se refere aos terrenos de baixa renda diferencial. Sua localização geográfica pode ser ou não periférica (grifo nosso)". São terras que se vendem serviços, ou com poucos serviços, e onde residem, em condição de proprietários ou de arrendatários, a maioria da população de São Paulo. A renda média familiar desta camada populacional é geralmente superior a três salários mínimos mensais" (Pasternak, 1983, 43). Como se vê, pode-se perfeitamente retirar a conotação meramente territorial à periferia urbana e, assim o fazendo, ter possibilidade de encontrar "populações marginalizadas" ou "periferizadas" em pleno centro das cidades. Neste caso, deveriam prevalecer as variáveis referentes ao acesso, tal como referido por Geisse, linhas atrás.

## **6. POBREZA E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA**

A própria ONU, ao examinar a distribuição da renda e as possíveis causas das desigualdades sociais na América Latina, argumenta que "o crescimento econômico (esta) baseado no setor moderno, que, com 1/8 da força de trabalho produz a metade do produto bruto; rápido crescimento populacional...; grande concentração da renda no topo dos 5% mais ricos; má distribuição da propriedade comercial, financeira e industrial" (ONU 1971, 26). Ora, desde que se realizaram estes estudos, sabe-se que, em todo o continente, incrementar-se-ão as formas modernas de produção e que toda a América Latina enfrenta os fantasmas do emprego, da recessão e do endividamento

externo e interno e, com isso, fatalmente, o número de pobre (urbano-ruruais) haverá de aumentar consideravelmente. Uma das saídas que a população tem encontrado é o do auto emprego, como formas de sobrevivência. No início da década de 70, a ONU detectava que "... para a região como um todo, a renda proveniente do auto-emprego perfaz o redor de 1/3 da renda nacional total, enquanto que ordenados e salários não excedem a metade do total" (ONU, 1971, 33). Mas, as evidências para as cidades como o Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Recife, Brasília, etc. Mostram que o crescente desemprego leva a um incremento do setor "informal" e, o que é um sintoma esperado de pedintes, de assaltantes, de crianças "abandonadas".

As evidências tem nos levado a constatar que se de um lado as metrópoles se agigantam e, com isto, a gama dos problemas a enfrentar, ainda é de se esperar um concomitante incremento dos conflitos sociais; saindo em grupos, a partir de março de 1983, populares tem usado a força para obter alimentos, saqueando lojas e supermercados, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo; trens foram depredados, por trafegarem com muito atraso, sujos e superlotados; invasões de terras públicas e privadas, com o "loteamento" e instalação de barracos etc.

Os conflitos sociais ocorridos nas duas maiores metrópoles brasileiras não se disseminaram mas tem-se constituído verdadeiros desafios, que propiciaram a ativação de mecanismos de governo para atender as emergências.

Ao que parece, as "emergências" e os "conflitos" a que nos referimos traduzem claramente formas de extravasão do inaceito. Os pobres, mesmo tendo, em alguns estados paternalistas, o atendimento às suas demandas, demonstraram sua insatisfação, sua fome, suas necessidades por habitação e por transportes condignos e, para isto, não delegaram poderes, nem utilizaram intermediários.

Segal evidencia que "de fato, um dos fenômenos importantes das últimas décadas na América Latina, é a emergência do bairro como lugar de solidariedade e de reivindicação comuns. O espaço aparece como o lugar privilegiado de interação entre as massas marginais e o Estado" (Segal, 1981, 1954). Países como o Peru, o México, o Brasil, têm colocado o aparato do Estado para conter a onda de descontentamento. Alguns autores como Dietz (1980), Glade (1979), Portes (1976), Hardoy (1972), Segal (1981) e outros ocuparam-se com o paternalismo/clientelismo do Estado em certos contextos latino-americanos. O paternalismo e/ou clientelismo possui gama variada de "atendimento aos problemas urbanos" que vão desde o assistencialismo a esquemas de "planejamento urbano". De modo geral, esta atuação do Estado está esta viciada desde a origem, seja por se traduzir em ações não continuadas no tempo, seja por se traduzir em ações não continuadas no tempo, seja por se traduzir em remendo às aspirações populares, seja, ainda, por estarem marcadas pela demagogia pré-eleitoral. Quase sempre o Estado age sem conceder aos pobres amplo acesso às decisões que lhes dizem respeito, sobretudo naqueles países em que a tecnocracia e o elitismo impregna o aparelho de Estado. Desnecessário será argumentar que a sociedade, como um todo arca com os custos deste tipo de atendimento aos

pobres, sem ter sido, democraticamente, solicitada a opinar quais os melhores rumos para enfrentar o oncremento da pobreza.

## **6. ASSISTENCIALISMO X CONFLITO X PLANEJAMENTO**

A contradição democracia- clientelismo assistencialismo acaba gerando um vai-e-vem nos conflitos sociais, nunca estando completamente em favor dos pobres oprimidos. A ação do Estado, em vez de resolver apenas atenua, antes de dar prosperidade, concede paliativos, no trato dos problemas urbanos. Uma síntese desta situação nos é dada por Segal para quem "a existência de uma miríada de organismos estatais encarregados - em princípio- dos problemas urbanos condiciona amplamente a forma organizacional das reivindicações (populares); as vias institucionalizadas de resposta às petições tendem a transformar condutas que inicialmente pode impugnar a dominação social sobre o espaço, em lógicas instituídas. Quando, finalmente, se satisfazem as petições (populares) já não algo que deveria ter sido feito, mas como assistência" (Segal, 1981, 1975). Mais adiante, esta mesma autora, acentua que...vemos a emergência - por certo muito reduzida - de um conflito que opõe uma coletividade à qual se impõe a planificação como um adversário, o Estado, como agente impopular da gestão do espaço, e não como uma garantia de integração (social)". Conclui, indagando "Presenciamos, por acaso, uma característica específica das situações de marginalidade? Pensamos que não: a erosão dos direitos mediante a ação planejadora do Estado e as instâncias burocráticas nos parecem caracterizar uma forma importante de denominação social". Esta tende a transformar toda dívida em um dom, operação que implica em outra, mais sutil, que tende a transformar toda dívida em outra, mais sutil, que tende a borrar a origem social-conflitiva dos direitos e induzir ("desenhar") as classes dominadas a produzir mudanças" (Segal, 1981, 1577).

Nesta visão, o planejamento urbano não estaria a serviço de transformações sociais, mas do clientelismo e do assistencialismo, onde, deduz-se, os beneficiários últimos não seriam os assistidos, mas uma elite que comanda o aparelho do Estado a seu favor. A dedução, desafortunadamente, tem se materializado nas estatísticas oficiais. Para o Brasil, por exemplo, o IBGE tem divulgado que o ápice da pirâmide, onde se encontram os 5% dos mais aquinhoados da população tem aumentado sua participação nos ganhos totais: é a concentração nos ganhos totais: é a concentração da renda, que se incrementa justamente em períodos em que mais se tem intensificado as preocupações (e ações) do planejamento...

A experiência de Roberts, referido por Butterworth, mostra que a base da pirâmide populacional é carente e detida: "na América Latina, estimativas recentes sugerem que entre 20 e 30% da população urbana tem ganhos ("incomes") insuficientes para níveis adequados de alimentação e habitação. Ainda que estas condições possam variar de um país para outro, Roberts pensa que igualmente as condições urbanas em outras nações subdesenvolvidas não são melhores e que, provavelmente, são piores do que as da América Latina" (Butterworth, 1981, 211).

## 8. "GEOGRAFIA DO DESPERDÍCIO: GUIA DE CONCLUSÃO"

Enquanto largas porções das populações urbanas encontram-se em habitações sub-humanas, periféricas das decisões, carente em termos de alimentação, vestuário, educação, etc. , as elites engrossam seus ganhos, configurando uma situação de clara iniquidade social. E isto não é um processo recente. Cornelius chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento urbano-industrial na América Latina e em outras regiões do Mundo, desde 1940, parece ter exacerbado, mais do que melhorado, as desigualdades espaciais, o que tem induzido muitos "scholar" a reconsiderar suas teorias e suposições a respeito da urbanização e processo de desenvolvimento econômico... Eles (os "scholars") enfatizam a necessidade de avaliar benefícios e custos dos padrões contemporâneos de crescimento urbano, particularmente os custos para aqueles setores da população que vivem nas periferias ("outside") das grandes cidades (Cornelius, 1975,9).

Na verdade, "o planejamento urbano tem falhado enormemente em criar um melhor ambiente humano e tem, em grande parte, tido repercussões negativas para os grupos de baixa renda. A população, por ela mesma, tem sido a moderna construtora das cidades da América Latina. A ela tem faltado assistência técnica, crédito do Governo, o acesso aos serviços básicos tem sido freqüentemente ilegal ou totalmente lacunoso, suas casas têm sido construídas com tecnologia simples e freqüentemente com materiais pobres". (Hardoy, 1982, 31).

Ao menos no que toca ao nosso contexto, uma das falhas do planejamento está no desentrosamento entre os diversos órgãos setoriais ligados ao meio urbano, principalmente quando se trata de investir pesadamente em certos empreendimentos, por exemplo, a construção de uma grande obra. Tem-se notado que as grandes obras têm um efeito cruzado sobre todos os setores da economia urbana, ainda não devidamente sopesados em termos de sua importância no crescimento urbano. Por outro lado, recursos que poderiam ser destinados ao melhoramento das condições de vida das populações pobres são canalizados para empreendimentos onerosos, sem retorno sequer a médio prazo. Isto configuraria um setor de estudo que poderíamos denominar de Geografia do Desperdício, já que, em termos sociais, estes grandes empreendimentos exauram duplamente o contribuinte: pela inflação que geram e pelo indigamento externo e interno que acarretam. O desperdício também se configura porque os recursos não são investidos para gerar empregos permanentes, em setores diversificados da economia e em distintas regiões. Ao contrário, a grande obra é fugaz, concentra enorme massa de "peões", na maioria pagos com salário mínimo e candidatos a uma socialmente injusta mobilidade espacial de uma região a outra, onde a grande obra é levantada, a exemplo das enormes centrais hidrelétricas (Itaipu e Tucuruí). Ademais, além de ter um retorno econômico e social a longo prazo, as grandes obras acabam por beneficiar imediatamente as grandes corporações, construtoras, fornecedoras de materiais, transportadoras, firmas de consultoria e grupos de elite econômica e política.

Claro está que os grandes investimentos têm repercussões em algumas áreas metropolitanas, onde se abrem metrô, anéis viários e onde se instalam subsidiárias da petroquímica e da siderurgia. Mas, sobre os efeitos, pois, ao que parece, não há dados sobre os efeitos em cadeia que tais investimentos e alocações geram.

Assim, torna-se difícil ao aparelho de planejamento ter qualquer ingerência nos fatos importantes que incidem na urbanização e, logicamente, sobre as migrações internas e repercussões sócio-econômicas deflagradas pelos diversos agentes federais, regionais e metropolitanos. Uma constatação óbvia é a de que faz-se necessário uma coordenação global sobre o aparelho construtor do Estado, monitorizando-se a geração de empregos e a alocação de capitais cujo retorno possa ser também objeto de planejamento, que seria o planejamento social.

A demora em se ter o horizonte alargado em direção à massa proletária sofrida levará, fatalmente, à convulsão social, ao convívio, nas cidades, com tumultos, depredações, greves e conflitos sem precedentes na História da Humanidade. No contraponto, o aparelho repressor se fará presente para "manter a ordem" e os interesses dos mais aquinhoados.

Clama-se, finalmente, pelas conquistas da Justiça Social.

## **REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS**

Butterworth, Douglas e Chance, John K. Latin American Urbanization, Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

Cornelius, Wayne A. e Trueblood, Felicity M. (eds). Latin American Urban Research. Urbanization and Inequality: The Political Economy of Urban and Rural Development in America Latina. V. 5. Beverly Hills; SAGE Publications, 1975.

Dietz, Henry A. Poverty and Problem-Solving under Military Rule. The Urban Poor in Lima, Peru. Austin, University of Texas Press, 1980.

Doebele, William A. The Private Market and Low Income Urbanization in Developing Countries: The "Pirate" Subdivisions of Bogotá. Discussion Paper D 75-11, Department of City and Regional Planning, Harvard University, 1975.

Eckstein, Susan. The Poverty of Revolution. The State and the Urban Poor in México. Princeton, University press, 1977.

FLINN, William. "Rural and Intra-Urban Migration in Colombia: Two Case Studies in Bogotá". In Francine Rabinovitz e Felicity M. Trueblood (eds). Latin American Urban Research. National-Local Linkages: The Interrelationship of Urban and National Policies in Latin America V.2, Beverly Hills, SAGE Publications, 1973.

Geisse, Guilherme e Hardoy, Jorge E. Latin America Urban Research. V. 2. Beverly Hills, SAGE Publications, 1972.

\_\_\_\_\_. "Las Investigaciones de la Ciudad Reprodutora de las Desigualdades Sociales". Seminar on New Directions of Urban Research, ILAS, Austins, 16 e 18 de maio de 1974.

Gilbert Alan, "Bogota: Politics, Planning, and the Crisis of lost Opportunities". In Wayne A. Cornelius e Robert V. Kemper (eds). Latin American Urban Research. Vol, 6 Metropolitan Latin América: The Challenge and the Response. Beverly Hills, SAGE, 1978.

Glade, William P. "Entrepreneurship in the State Sector. CONASUPO of México". In Greenfield, Sidney et alli (eds.) Entrepreneurs in Cultural Context. Albuquerque, University of New México Press, 1979.

Hardoy , Jorge E. "Urbanization Policies and urban Reform in Latin America". In Guillermo Geisse e Jorge E. Hardoy (eds). Latin América Urban Research. Beverly Hills, SAGE, 1972.

Hardoy, Jorge E. "The Builders of Latin America Cities". In Alan Gilbert, J. E. Hardoy e Ronaldo Ramirez (eds). Urbanization in Contemporary Latin América. Nova Iorque, John Wiley & Sons, 1982.

Henry, Etienne. "El consumo y sus Expresiones en los asentamientos Urbanos Populares". In Raúl Atria et alii. Urbanization, Estructura Urbana y Dinamica de Población. Santiago, CALCSO, 1977.

Oliven, Ruben George. "Aspectos Econômicos, Politicos e Culturales de la Marginalidad Urbana en América Latina". Revista Interamericana de Sociología, México, XLIII (4): 1627- 1643, out/dez. 1981.

Organização das nações Unidas. Income Distribution in América Latina, Nova Iorque, United Nations, 1971.

Pasternak, Suzana. "Comentarios al Trabajo de Alberto Rivera. El Caso del Brasil" Revista Interamericana de Planificación. México, XVII (65):41-49, 1983.

Paviani, Aldo. Mobilidade intra-urbana e Organização Espacial: O Caso de Brasília. Brasília, 1976. Tese mimeo.

\_\_\_\_\_. "A manipulação do Solo Urbano em Sociedades Industriais e em Sociedades Agrícolas". Reunião de Geografia Urbana da União de Geografia Internacional, Rio de Janeiro, 5 a 9 de novembro de 1979, Mimeo.

\_\_\_\_\_. "Periferia Sul do Distrito Federal: o caso do Pedregal - Notas Preliminares". Relatório Técnico- científico apresentado ao CNPq, 1981. Mimeo.

Portes Alexandro e Browning, Harley L. (eds). Current perspectives in Latin American Urban Research. Austin, ILAS, 1975.

Portes, Alexandro e Walton, John. Latin America The Political Condition from Above and Below. Austin, University of Texas Press, 1976.

\_\_\_\_\_. "Housing Policy, Urban Poverty, and the state: The Favelas of Rio de Janeiro, 1972-1976". Latin American Research Review, Cgapel Hill, XIV (2): 3-24, 1979.

Santos Milton, O Espaço Divido. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Ed. 1979.

Segal, Silvia. "Marginalidade Espacial, Estado y Ciudadania" "Revista Mexicana de Sociologia, México, XLVIII (4): 1547-1577, out/dez. 1981.